

ORGANIZADORES:**FERNANDA PERREGIL**

Sócia responsável pelas práticas trabalhistas e ESG na Innocenti Advogados, Fernanda atua em casos que envolvem direitos coletivos e investigação de grupos econômicos. Além disso, também trabalha em ações e consultorias ligadas a fusões e aquisições, criação e desenvolvimento de planos de incentivo, stock options e estruturação de áreas em ambientes corporativos complexos. É especialista em Direito Processual Civil e Direito Contratual. Foi professora assistente da PUC-SP e atualmente, cursa pós-graduação em Direito Homoafetivo e de gênero. No ano de 2019 foi reconhecida pelo Diretório Chambers and Partners como uma das pioneiras em Diversidade e Inclusão na área jurídica na América Latina. Mestranda em Direito das Relações Sociais e Trabalhistas pela UDF. Educação Executiva em Direito do Trabalho Empresarial pelo Inspere e especialista em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP). Pós-graduanda em Direitos Humanos e Responsabilidade Social pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS). Pesquisadora na Universidade de São Paulo - SP, no Núcleo de Trabalho além do Direito do Trabalho - NDTADT.

RICARDO CALCINI

Mestre em Direito pela PUC/SP. Professor de Direito do Trabalho da FMU. Professor Convidado de Cursos Jurídicos e de Pós-Graduação (ESA, Damásio, IEPREV, Católica de SC, PUC/PR, Ibmecc/RJ e USP/RP). Coordenador Trabalhista da Editora Mizuno. Membro do Comitê Técnico da Revista Síntese Trabalhista e Previdenciária. Professor indicado pela Câmara dos Deputados para presidir o grupo de estudos técnicos para a elaboração do PL 5581/2020 acerca do teletrabalho. Coordenador Acadêmico dos projetos "Dúvida Trabalhista? Pergunte ao Professor!" (Jota), "Migalha Trabalhista" (Migalhas) e "Prática Trabalhista" (Revista Consultor Jurídico - Conjur). Membro e Pesquisador do GEDTRAB-FDRP/USP, do GETRAB/USP e da CIELO Laboral. Autor do livro "Prática Trabalhista nos Tribunais: TRT's e TST" e Coautor da obra "Execução Trabalhista na Prática" (Editora Mizuno, 2ª tiragem, 2021). Organizador dos projetos coletivos "Coronavírus e os Impactos Trabalhistas" e "Reforma Trabalhista na Prática: Anotada e Comentada".

LGPD E COMPLIANCE TRABALHISTA

**OS DESAFIOS ATUAIS DO DIREITO
DO TRABALHO EMPRESARIAL**

LGPD e Compliance Trabalhista

© Org.: Fernanda Perregil e Ricardo Calcini

EDITORA MIZUNO 2021

Revisão: Paulo de Moraes

Revisão Técnica: Fernanda Perregil e Ricardo Calcini

Catálogo na publicação

Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

L687 LGPD e Compliance Trabalhista / Adriane Reis de Araujo, et al.; Fernanda Perregil (Organizadora), Ricardo Calcini (Organizador) – Leme-SP: Mizuno, 2021.

321 p.; 16 X 23 cm

ISBN 978-65-5526-273-5

1. Direito do trabalho. I. Araujo, Adriane Reis de. II. Perregil, Fernanda (Organizadora). III. Calcini, Ricardo (Organizador). IV. Título.

CDD 344

Índice para catálogo sistemático

I. Direito do trabalho

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA MIZUNO

Rua Benedito Zacariotto, 172 - Parque Alto das Palmeiras, Leme - SP, 13614-460

Correspondência: Av. 29 de Agosto, nº 90, Caixa Postal 501 - Centro, Leme - SP, 13610-210

Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: www.editoramizuno.com.br

e-mail: atendimento@editoramizuno.com.br

Impresso no Brasil

Printed in Brazil



SUMÁRIO

PARTE I - LGPD - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

As ações afirmativas e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018)	17
1. Introdução.....	17
2. A dignidade humana e os princípios da igualdade e da liberdade no ordenamento jurídico brasileiro	19
3. O princípio da não discriminação e ações afirmativas	21
4. O tratamento de dados pessoais sensíveis no contrato de trabalho e a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)	23
5. Conclusão.....	28
6. Referências	28
O Tratamento dos Dados Curriculares	31
A gestão de pessoas frente a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)	37
1. Gestão De Pessoas.....	37
2. Banco De Dados De Gestão De Pessoas.....	38
3. Aplicação Da Lei Geral De Proteção De Dados Na Gestão De Pessoas (LGPD nº 13.709/2018)	40
4. Referências	43
A nova estruturação e relação entre o Departamento Jurídico, Recursos Humanos e área de Tecnologia da Informação	45
Responsabilidade da Empresa frente à proteção dos dados do trabalhador no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados no Brasil – LGPD	51
1. GDPR e LGPD	51
2. Contrato de Trabalho <i>Versus</i> Responsabilidade da Empresa	53
3. Sanções Administrativas e Ressarcimento de Danos.....	56
4. Conclusões.....	57
5. Referências	58

Nascimento, reflexos e reflexões trabalhistas da LGPD	59
Lei Geral de Proteção de Dados e a possibilidade da utilização do princípio da razoabilidade quando colidirem o não consentimento do empregado com o legítimo interesse de empregador	65
A Proteção de Dados na área da Saúde	71
1. Referências	74
Evolução da tecnologia e a necessidade de criação da Lei Geral de Proteção de Dados no Brasil	75
1. Histórico da Internet no Mundo	75
2. Marcos Históricos na História da Internet no Brasil.....	78
3. Marco Civil da Internet.....	79
4. Lei Geral de Proteção de Dados	80
5. Conclusão.....	81
6. Referências	81
A implementação da LGPD no Brasil e seus impactos para as estratégias de recursos humanos	83
1. Impacto da LGPD para a Atração e Seleção de Candidatos	84
2. Impacto da LGPD para a Execução das Estratégias de Inclusão e Diversidade..	86
3. Como oferecer maior transparência e rigor na gestão dos dados pessoais e destacar-se na guerra por talentos?	88
O princípio das “novas tecnologias <i>pro homine</i>” como vetor de interpretação da LGPD	91
1. O Direito e Sua Missão Regente da Vida Humana em Sociedade	91
2. O princípio das “novas tecnologias <i>pro homine</i> ” como vetor de interpretação da LGPD	93
3. Conclusão.....	97
A LGPD e o Setor de Recursos Humanos	99
1. Referências	104
O regime de proteção de dados do servidor público celetista	105
1. Regime Jurídico do Tratamento Dados pelo Poder Público.....	105
2. A LGPD e sua Aplicação à Administração Indireta.....	105

3. Aplicação da LGPD em Relação às Empresas Estatais	106
4. Da Adoção do Regime Celetista por Órgãos e Entidades Autárquicas	108
5. Regime de Proteção de Dados dos Servidores Celetistas dos Órgãos Públicos e Autarquias	109
6. Referências	111

A ilegalidade de decisões automatizadas em processos seletivos e a competência da Justiça do Trabalho para dirimir os litígios.....

1. Referências	117
----------------------	-----

A LGPD e o mito da impossibilidade do tratamento de dados.....

1. Introdução.....	119
2. A Questão Princiopológica Relacionada ao Tratamento de Dados	119
3. Hipóteses de Tratamento de Dados	122
4. Conclusões	125
5. Referências	126

A LGPD criou mais um passivo trabalhista?

1. Introdução.....	127
2. A Escolha da Base Legal nas Relações de Trabalho	128
3. O Questionamento Pelos Titulares.....	128
4. Referências	130

Bases legais para o tratamento de dados de empregados: uma abordagem prática.....

1. Introdução.....	131
2. Conceitos – Enquadramento do Trabalhador e Empregador na LGPD.....	132
3. A Importância do Mapeamento das Atividades de Tratamento do Departamento de Recursos Humanos.....	133
4. Bases Legais Mais Comuns na Relação de Emprego	134
(i) Obrigação Legal (art. 7º, II).....	135
(ii) Execução de Contrato (art. 7º, V)	136
(iii) Consentimento (art. 7º, I)	136
5. Considerações finais	138

O Negociado sobre o Legislativo e a LGPD

1. Introdução.....	139
--------------------	-----

2. A Nova Perspectiva das Normas Coletivas no Direito do Trabalho	139
3. A Lei Geral de Proteção de Dados, nº 13.709/2018.....	141
4. O Negociado sobre o Legislado e a LGPD	142
5. Considerações Finais	145
6. Referências	146

Os desafios do cumprimento da LGPD no ambiente corporativo vinculado ao ambiente remoto de trabalho	149
1. Referências	151

A LGPD como norma de inclusão e fomento da diversidade no ambiente laboral brasileiro	153
1. Fase Pré-Contratual	154
2. A LGPD como Norma de Inclusão e Fomento à Diversidade.....	156
3. Recrutamento às Cegas.....	158
4. Considerações finais	159

LGPD: Estudo prático das bases legais nas Relações de Trabalho .	161
1. Introdução.....	161
2. Dados Pessoais.....	162
3. Dados Pessoais Sensíveis.....	163
4. Atividade de Tratamento de Dados Pessoais.....	164
5. Bases Legais para o Tratamento de Dados Pessoais.....	164
5.1. Consentimento	165
a) Livre	165
b) Informado.....	166
c) Inequivoco.....	168
5.2. Cumprimento de Obrigação Legal ou Regulatória pelo Controlador	168
5.3. Pela Administração Pública para a Execução de Políticas Públicas.....	169
5.4. Realização de Estudos por Órgão de Pesquisa.....	169
5.5. Execução de Contrato ou de Procedimentos Preliminares.....	169
5.6. Exercício Regular de Direitos.....	170
5.7. Proteção da Vida ou da Incolumidade Física do Titular ou de Terceiro	170
5.8. Para a Tutela da Saúde.....	170
5.9. Interesses Legítimos do Controlador ou de Terceiro.....	170
5.10 Para a Proteção do Crédito.....	172
6. Bases Legais para o Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis.....	173

6.1. Consentimento	174
6.2. Pela Administração Pública para a Execução de Políticas Públicas	174
6.3. Prevenção à Fraude e Segurança do Titular	174
7. Casos Práticos nas Relações do Trabalho. Como Escolher a Base Legal para o Tratamento de Dados Pessoais?	175
7.1. Finalidade do Tratamento de Dados Pessoais (Propósitos)	175
7.2. Base(s) Legal(is) para o Tratamento de Dados Pessoais no Contexto Laboral	176
8. Considerações Finais	179
9. Referências	180

Decisões automatizadas, IA e relações trabalhistas	181
1. Referências	186

Harmonização da Lei de Acesso à Informação à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais no âmbito das empresas estatais prestadoras de serviço público	189
1. Introdução	189
2. Releitura dos Princípios da Publicidade e da Transparência Administrativa Visando à Harmonização aos Princípios da Privacidade e da Intimidade	190
3. Conclusão	195
4. Referências	196

O teletrabalho e a LGPD – precauções e responsabilidades	199
1. Introdução	199
2. Coronavírus e Teletrabalho	200
3. LGPD – Obrigações do Empregado e do Empregador no Teletrabalho	201
4. Conclusão	205
5. Referências	206

PARTE II - COMPLIANCE TRABALHISTA

Decreto 9.571/2018 – Os Pilares de Direitos Humanos no Compliance Trabalhista	211
1. Introdução	211
2. Aspectos Históricos	211
3. A Busca Pela Valorização Humana nos Dias Atuais – O Decreto 9.571/2018	212
4. Conclusão	214

Compliance Trabalhista nos Contratos com a Administração Pública	217
1. <i>Compliance</i>	217
2. <i>Compliance</i> Trabalhista	218
3. <i>Compliance</i> Trabalhista nos contratos com a Administração Pública	220
4. Conclusão.....	221
5. Referências	222
Compliance e Diversidade	223
1. Introdução.....	223
2. Os Pilares do <i>Compliance</i>	224
3. <i>Compliance</i> Trabalhista e Diversidade e Inclusão.....	226
4. Conclusão.....	227
Canal de denúncias e anonimato: novas discussões sobre a possibilidade de revelação da identidade do denunciante em caso de falso relato	229
1. Referências	234
Canal de Denúncia – Investigações Internas Corporativas	235
1. Introdução.....	235
2. Canal de Denúncia	235
3. A importância de um canal de denúncias.....	237
3.1. Investigações Internas. Certificações. Importância das Qualificações dos Profissionais	239
4. Preventivo Trabalhista e <i>Compliance</i>	242
5. Conclusão.....	243
Compliance Trabalhista: possibilidade de justa causa por descumprimento do Código de Conduta	245
1. Introdução.....	245
2. Desenvolvimento	245
3. Código de Conduta e Reflexos na Relação de Trabalho	246
4. Da Jurisprudência Sobre o Tema	249
5. Conclusão.....	250
6. Referências	251
Compliance Trabalhista: os benefícios e as cautelas na fase pré-contratual	253
1. Referências	255

Impactos da LGPD e <i>Compliance</i> na gestão de risco da terceirização	259
1. Referências	264
LGPD, <i>Compliance</i> e Bioética: o que elas têm em comum e como impactam nos processos de contratações	265
1. Resumo	265
2. Introdução.....	266
3. Desenvolvimento	266
4. Considerações Finais	268
5. Referências	269
O planejamento do <i>home office</i> e os desafios do <i>Compliance</i> trabalhista na proteção de dados	271
1. Referências	276
<i>Compliance</i> e LGPD: as novas armas contra a discriminação de gênero no meio ambiente de trabalho	277
1. Introdução.....	277
2. Entre a Lei e a Realidade: O Papel da Sanção Premial.....	278
3. O Decreto 9.571/2018: <i>Compliance</i> e Sanção Premial.....	281
4. LGPD e Combate à Discriminação de Gênero no Meio Ambiente de Trabalho	283
5. Conclusões.....	283
6. Referências	284
Os dados pessoais dos colaboradores e a importância do Comitê de Privacidade e Proteção de Dados nas Empresas	285
1. Referências	292
<i>Compliance</i> na Proteção dos Dados Pessoais na Fase Pré-Contratual	293
O capital intelectual dos empregados para o cumprimento da LGPD e sucesso econômico	299
Banco de Currículos: intersecção e conformidade entre o Direito do Trabalho pré-contratual e a LGPD	305
1. Referências	314
ÍNDICE ALFABÉTICO REMISSIVO	315